

# CULTURA E ARTE RIBEIRINHAS MARAJOARAS: HISTÓRIAS, RESISTÊNCIA E ATUALIDADE NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS E FLORESTAS

## RIBEIRINHAS MARAJOARAS CULTURE AND ART: STORIES, RESISTANCE AND CURRENCY IN THE TERRITORY OF WATERS AND FORESTS

Eunápio Dutra do Carmo **1**  
Tamiris Sanches dos Santos **2**  
Taynara Lopes Costa **3**

**Resumo:** A invisibilidade das comunidades ribeirinhas é uma das disputas políticas no Marajó. O objetivo central do artigo é analisar a cultura e arte como movimentos de resistência da comunidade ribeirinha Vila Intel I, município de Breves. Os dados coletados são frutos da atuação dos autores no Programa de Redes de Comunidades Ribeirinhas (CUMB/UFPA) que atua na ampliação da participação social das comunidades ribeirinhas. Acredita-se que o sistema capitalista em expansão na região nega toda existência que não seja mercadorização e a luta política destas comunidades é contra a vulnerabilidade social e pela garantia de seus direitos territoriais. Verificou-se que as formas de resistências estão também relacionadas com a cultura e a arte, inscrita nos modos de vida construídos na relação com a floresta, rios e várzeas e com a organização social para continuarem vivos e livres e, dessa forma, manter a tradição e memórias ancestrais.

**Palavras-chave:** Comunidades Ribeirinhas. Sociobiodiversidade. Cultura. Resistência.

**Abstract:** The invisibility of riverside communities is one of the political disputes in Marajó. The main objective of the article is to analyze culture and art as resistance movements of the riverside community Vila Intel I, municipality of Breves. The data collected are the result of the authors' work in the Riverside Community Networks Program (CUMB / UFPA) that works to expand the social participation of riverside communities. It is believed that the expanding capitalist system in the region denies any existence other than commodification and the political struggle of these communities is against social vulnerability and the guarantee of their territorial rights. It was found that the forms of resistance are also related to culture and art, inscribed in the ways of life built in the relationship with the forest, rivers and floodplains and with the social organization to remain alive and free and, thus, maintain the ancestral tradition and memories.

**Keywords:** Riverside Communities. Sociobiodiversity. Culture. Resistance.

Pós-Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) pelo NAEA/UFPA. É professor Adjunto A do Curso de Serviço Social da UFPA-Campus Marajó Breves. Integrante do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (FACSS-CUMB/ UFPA) e do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM-UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7347286742599751>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8186-8789>. E-mail: [eunapiodocarmo@gmail.com](mailto:eunapiodocarmo@gmail.com) **1**

Discente do Curso de Licenciatura em Letras do Câmpus Marajó-Breves (Universidade Federal do Pará). Integrante do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (FACSS-CUMB/ UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2614877552104644>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8888-6237>. E-mail: [tamylicia18@gmail.com](mailto:tamylicia18@gmail.com) **2**

Discente do Curso de Licenciatura em Letras do Câmpus Marajó-Breves (Universidade Federal do Pará). Integrante do Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (FACSS-CUMB/UFPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6363011431255776>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4772-6397>. E-mail: [tayllopes25@gmail.com](mailto:tayllopes25@gmail.com) **3**

## Introdução

As comunidades ribeirinhas do Rio Parauaú, na cidade de Breves, estão enraizadas secularmente em territórios de águas e florestas do Arquipélago do Marajó<sup>1</sup>. Esses territórios são a base social, cultural e econômica dessas comunidades, constituindo as condições socioecológicas de muitos grupos sociais.

Registra-se que tais aspectos estão diretamente relacionados à reprodução social das populações das águas. Dentre o conjunto dos elementos centrais está a complexidade dos ecossistemas naturais com os quais estabelecem relações afetivas, de aprendizagens e econômicas. Por essa razão, as comunidades ribeirinhas estabelecem redes de contato e produção de saberes que evidencia uma das suas maiores características: a cultura ribeirinha de viver, comer, beber, trabalhar, cuidar, brincar, rezar, dentre outras. No entanto, esse território também tem sido marcado pela destruição em decorrência a expansão da economia capitalista focada na exploração dos recursos naturais em larga escala para viabilizar as cadeias internacionais de produção. Com a financeirização da natureza, a Amazônia passa a enfrentar sérios problemas que impactam diretamente nos modos de vida dos povos da floresta. As vidas dessas populações correm grandes riscos e os danos sofridos pelo avanço do capital são irreparáveis e irreversíveis. No Marajó, a destruição foi promovida pelas madeireiras, cujo ciclo econômico foi responsável pela integração da região a mercado internacional. A fronteira de acumulação, baseada no rentismo extrativista, apresentou a região como “celeiro mundial de madeira”. A comercialização de madeiras como *commodities* (venda em alta escala com baixo beneficiamento) implicou em devastações de grandes áreas de florestas no Marajó com grandes impactos socioambientais e desestruturação de modos de vida pré-existentes, prejudicando as territorialidades físicas e simbólicas dos povos tradicionais ligados aos ecossistemas. O principal resultado desse processo é a reprodução da desigualdade social que se aprofunda, colocando a região na condição de maior em vulnerabilidade social do Brasil.

Ideologicamente, acompanhada a este avanço da mobilidade do capital, foi construída a narrativa do “vazio demográfico” na Amazônia ou “espaços vazios”. Uma prática orquestrada para dizimar histórias, modos de vida e cultura estabelecidas na região. Esse aspecto é central para as análises desse artigo, pois a negação da cultura desses povos foi maciçamente produzida. Os grupos sociais foram considerados “atrasados”, empecilho ao desenvolvimento. Havia uma necessidade de criar o imaginário da nova ordem baseada no crescimento econômico e no mercado. Tudo que havia antes era desvalorizado, o bom começava com o capital. De fato, uma dessas abundâncias, sem dúvida, é a diversidade da cultura, territorializada no cotidiano, como será examinada na comunidade ribeirinha Vila Intel I, em Breves. Uma demonstração da vida cotidiana dos rios é a presença de botos cor-de-rosa, típicos dos rios e furos, muito comum nas águas do inverno amazônico<sup>2</sup>, cuja existência é muito importante para as lendas, histórias, danças, músicas que retratam essa manifestação totalmente criada a partir da força dos rios e sua humanização. A compreensão da floresta em pé corresponde a garantia dos direitos territoriais como é o caso dos botos para que eles continuem sendo os embaixadores dos rios e não serem extintos em decorrência da destruição do seu habitat. Neste sentido, a noção (r) existência (PORTO-GONÇALVES, 2001) está relacionada com a vida plena e não apenas sobrevivência. Portanto, o direito à preservação da cultura é uma necessidade histórica. Preservar esta cultura é uma das condições de manutenção da floresta em pé, pois seu valor simbólico, marcada por códigos e saberes, é incomensurável e multidimensional.

É neste contexto de uma Amazônia em disputa que o artigo foi concebido. As reflexões

1 O arquipélago do Marajó, com seu conjunto de 2.500 ilhas, ilhotas e 16 municípios, está na foz do Rio Amazonas e é emblemático na manifestação da pujante sociobiodiversidade da região. De Belém ao Marajó, percorre-se 223 Km atravessando, via transporte fluvial, as baías de Guajará e do Marajó, bacias com extensões gigantescas devido proximidade com o Oceano Atlântico e navega-se por labirintos de rios, furos, igarapés, tornando a navegabilidade dos rios uma cultura (i) material de fator dominante na “estrutura fisiográfica e humana, conferindo um ethos e um ritmo à vida regional” (LOUREIRO, 2012).

2 O inverno amazônico caracteriza-se pelos dias nublados e as pancadas de chuva, que ocorrem entre dezembro e maio em Estados no Norte. Este nome, é uma denominação popular para o período de grande intensidade pluviométrica (chuvas) na região, que pela sensação térmica ser amenizada em relação aos demais períodos do ano, o qual acompanha uma leve redução na temperatura média deste período (CALDAS, 2016).

aqui apresentadas correspondem a resultados parciais do projeto de extensão iniciado em março de 2019<sup>3</sup> com 03(três) grupos sociais localizados às margens do rio Parauaú, cuja extensão abriga mais de 15 comunidades ribeirinhas, conhecidas como beiradão (conjunto de comunidades que moram às margens de rios). Neste projeto, alunos, professores e técnicos atuam coletivamente com as comunidades e desenvolvem ações de produção de informação e formação, além de arte e cultura. Foi do resultado de oficinas, reuniões de trabalho, dinâmica de grupo, representações teatrais e artísticas que inspirou a ideia central deste artigo: movimentos de afirmação da sociabilidade e da (r)existência no Marajó. Neste sentido, o artigo se propõe analisar a cultura e arte como movimentos de resistência da comunidade ribeirinha Vila Intel I. Para tanto, inicialmente é feita uma contextualização histórica dos processos de colonização e dominação no Brasil e sua influência no quadro socioeconômico e ambiental da Amazônia Marajoara e seus desafios diante da imensa desigualdade social dos municípios. Na sequência, apresenta-se a comunidade ribeirinha Vila Intel I considerando a influência da atuação das madeireiras na dinâmica social dos moradores. Posteriormente, são discutidas as expressões de cultura e arte ribeirinhas que, territorialmente, implicam nas relações materiais e imateriais com os ecossistemas dos rios, várzea e terra-firme e suas dimensões de saberes e de (r)existências.

### **Brasil, Amazônias e Amazônia Marajoara: sociobiodiversidade, dominação e desigualdade social**

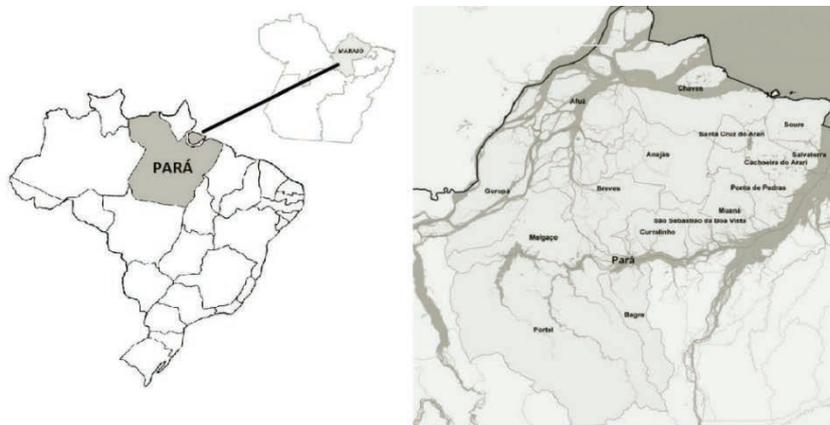
A Amazônia é considerada a maior floresta tropical do mundo e possui a maior bacia hidrográfica, além de uma rica biodiversidade. Em razão dessa exuberância, complexo ecossistema e contradições sociais, entende-se a interpretação das Amazônias como a mais adequada, considerando a história, as múltiplas dimensões para atuação política, social, econômica e ambiental na região (CASTRO, 2008; PORTO GONÇALVES, 2001). A floresta é de extrema importância para o equilíbrio ambiental de todo o planeta, tendo participação no ciclo da água e na regulação da temperatura (MOREIRA, 2009). Contudo, em contrapartida com princípios ambientais, a região é alvo de extremo interesse econômico; agropecuária, extração de madeira, exploração de minério, causando o desmatamento de forma compulsória e sem planejamento. A Amazônia Legal, área que corresponde cerca de 61% do território brasileiro, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão e Goiás. Dentro da região amazônica encontra-se, ao Norte do estado do Pará, o Arquipélago do Marajó, o maior arquipélago flúvio-marítimo do mundo, que é ocupado por 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Entre rios, furos e igarapés, habitam comunidades tradicionais Ribeirinhas, que são reflexo da conjuntura histórica e política do Brasil. A Amazônia Marajoara é uma das Amazônias que se distingue pela formação geomorfológica e singularidade da sociobiodiversidade, mas todas as faces dessa multi-pluridiversidade da região têm um eixo comum e histórico: a ocupação e dominação econômico-militar-ideológica.

No Arquipélago do Marajó, os ciclos econômicos do arroz, palmito, borracha e madeira

3 O projeto de extensão é da Faculdade de Serviço Social do Campus Marajó-Breves e tem como o meio-ambiente como temática central e os grupos socialmente vulneráveis como linha de ação. O mesmo foi aprovado no edital 2019 da Pró-Reitoria de Extensão e conta com 28 membros, envolvendo professores, bolsista, técnicos e voluntários. O projeto pretende ampliar a participação social dos membros das Vilas Intel I, Vila Intel II e Magebras e também comunidades vizinhas localizadas às margens do Rio Parauaú. O foco é a organização social para a garantia de direitos sociais num contexto de pós-crise do ciclo da madeira no município de Breves e ruptura com a cultura de dominação (moderno/colonial). Nesse sentido, busca-se desenvolver, junto aos moradores, o seu fortalecimento social, o conhecimento sobre seus direitos e a emancipação humana ribeirinha (lugar da enunciação/decolonial), num processo onde os mesmos possam, do seu lugar social, empoderar-se em defesa desses direitos, existências, saberes e sociabilidades. Os primeiros contatos com as comunidades envolvidas se deram em agosto de 2018, quando ocorreu a entrada em campo e estabeleceu-se as articulações com lideranças comunitárias para realização do projeto. Houve, nesse período, a ida de 03 (três) turmas de alunos dos cursos de Serviço Social, Letras e Pedagogia do Campus Marajó-Breves. O projeto visa consolidar-se em três fases, todas no ano de 2019, distribuídas nos meses de: janeiro a março; abril a junho; setembro a novembro.

são emblemáticos deste processo de integração da região pela via do mercado como determina o sistema mundo-capitalista que coloca regiões como América Latina na periferia do capitalismo resultante da divisão internacional do trabalho (BRANDÃO, 2012; CASTRO, 2010).

**Figura 1.** Mapa de localização do território Marajoara



**Fonte:** Adaptado de Sistema de Informações Territoriais – SIT, o MDA (BRASIL, 2016).

A diversidade cultural e racial presente na Amazônia e, de uma geral, em todo Brasil é resultado de um processo histórico que se inicia com o período colonial. Nessa perspectiva, reconhecemos cultura e arte ribeirinhas como sendo fruto da miscigenação de povos; portugueses, religiosos, negros africanos e, principalmente, índios. Nota-se que mesmo diante da imposição, em que muitos povos foram desculturados, vítimas das políticas lucrativas, ainda há um movimento de resistência das comunidades tradicionais ribeirinhas, indígenas e quilombolas que, no entanto, sofrem com problemas sociais. Para se fazer entender o contexto cultural e social das comunidades ribeirinhas que habitam os rios e florestas da Amazônia Marajoara, é necessária uma abordagem histórica que auxiliará a visão contemporânea necessária para o entendimento das contradições vigentes nessa região em disputa.

Historiadores relatam que antes do domínio português, nessas terras brasileiras já habitavam povos nativos que posteriormente foram denominados Índios, esses, possuem uma visão cosmológica e espiritual diferente das percepções do homem ocidental, providos de saberes empíricos sobrevivem a partir da caça, pesca e agricultura, sempre procurando preservar a relação entre o ser humano e a natureza (COSTA,2007). No entanto, os portugueses chegaram e deu-se início ao processo de sobreposição de crenças, práticas e cultura, inferiorizando os costumes nativos. De início, ofereceram objetos em troca de trabalho, porém, posteriormente, impuseram suas ordens e, além de escravizar, dizimaram parte dessa população (SCHWARCZ,2015; STARLING,2015). Contudo, no Marajó houve muita resistência por parte das etnias que habitavam essas regiões, não foram pacíficos às invasões de seus territórios, gerando assim uma violenta batalha entre nações estrangeiras e indígenas (PACHECO,2010).

Como resultado de um projeto de pesquisa e produções de textos, Denise Pahl Schaan e Cristiane Pires Martins, organizaram a obra *Muito além dos Campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoara*, que reúne textos de investigação histórica e atual, sobre o Marajó das florestas<sup>4</sup>. O segundo capítulo do livro foi um escrito de Sarraf-Pacheco (2010), e traz o tema *A Conquista do Ocidente Marajoara: Índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas*, onde o autor narra a dificuldade que os invasores tiveram em dominar tais territórios.

O labirinto de ilhas, os “Marajós”, e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, àquelas estranhas chegadas de gentes tão

4 Termo utilizado pelo historiador Agenor Sarraf Pacheco para designar os primeiros cinco municípios localizados na parte sudoeste do arquipélago; Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço, Portel e Santa Cruz (Sarraf-Pacheco, 2010).

diferentes de suas visões humanas. Experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruãns, Sacacas, Marauanáns, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, entre outras e os batizados de Nheengaibas, enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos. Esse processo já demonstra quão difícil foi a conquista da Amazônia [...] (SARRAF, Agenor, 2010, p.18).

Para Sarraf-Pacheco (2010), apesar do cenário violento que foi essas batalhas, que por muitas vezes os invasores foram derrotados em face dos conhecimentos territoriais e as estratégias de lutas dos nativos, o domínio português concretizou-se da forma mais harmoniosa possível. Com a colaboração dos missionários que, ao contrário das tropas portuguesas, adentraram em territórios marajoara sem dificuldade com intuito de catequizar os selvagens. Em 1659, o padre Antônio Vieira conseguiu acordo de paz com chefes das sete nações Nheengaibas no rio Mapuá, no interior do mais tarde denominado, município de Breves (idem). O autor ressalta que, a partir daí foram permitidas entradas de portugueses na travessia dos rios marajoaras, e que mesmo com suas intenções religiosas, padre Vieira acabou abrindo as portas da região à escravidão e extermínio dos indígenas local.

Em contrapartida com o atual governo, temos como referência Davi Kopenawa, xamã da tribo Yanomami, que é considerado um dos maiores defensores da Amazônia, constantemente critica a política por sua conduta perante os direitos indígenas e viaja o mundo denunciando a possível extinção de seu povo, por conta do avanço dos traficantes de madeira e garimpeiros. Junto a Bruce Albert, escreveram o livro *A Queda do Céu* (2015), que traz relatos sobre a vida, crenças, relação com a natureza e história do povo Yanomami frente às invasões de seus territórios por parte dos homens brancos, que além de gerarem conflitos sangrentos, transmitiam doenças infecciosas causando a morte de muitos indígenas. Kopenawa teme que a tragédia se repita e que seu povo seja dizimado. Nesse contexto, observa-se que a cultura existente desde antes da chegada dos europeus que resistiu séculos de conflitos em que a maior parte do seu povo foi exterminada, ainda hoje, pleno século XXI, é constantemente desrespeitada por um sistema totalmente capitalista.

Uma outra questão histórica que retrata a submissão de povos para o sistema mercantilista e traz fragmentos até o presente, foi a escravidão de negros africanos. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), esses africanos foram introduzidos no Brasil, nas primeiras décadas do século XVI, para fins de trabalhos domésticos, urbanos e nas lavouras açucareira. Foram capturados em territórios africanos e vendidos para o tráfico negreiro, sendo obrigados a fazer uma longa viagem de navio em condições sub-humanas, em que grande parte desses prisioneiros acabavam morrendo durante o percurso e lançados ao mar. Chegando ao seu destino, eram revendidos no mercado de escravos e nos engenhos, onde foram vítimas de todo tipo de violência, frequentemente humilhados; castigados; torturados. Mulheres tiveram seus corpos violados, tornaram-se amas de leite dos filhos das sinhás. Consequentemente, houveram escravos que se rebelaram; assassinavam os senhores e feitores, cometiam suicídio, abortavam, fugiam e se aquilombaram. Com a resistência por parte dos escravos e a influência dos movimentos abolicionistas, a escravidão chegou oficialmente ao fim em 1888, com a Lei Áurea. Porém, a desdita dos que foram escravizados, não acabam por aí. Sem nenhuma forma de integração a sociedade, sem terras e nenhuma remuneração, se arranjaram em subempregos, sendo assim, foram vítimas de preconceito e marginalizados pela sociedade (SCHWARCZ, 2019).

Em relação a presença do Negro Africano no Arquipélago Marajoara, voltamos as pesquisas de Pacheco-Sarraf (2010), que no artigo intitulado *As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contatos*, transparece a cobiça portuguesa por essas terras, transformando campos e florestas em territórios de importante produção econômica, movimentados pela mão de obra escrava de índios e negros africanos introduzidos na região, como também a solidariedade entre nativos e diaspóricos. O autor ressalta que existem poucos estudos relacionados ao Marajó das Florestas, já que a maioria dos pesquisadores se voltam aos Marajó dos Campos, onde estão localizados os municípios de Soure e Salvaterra. Isso se dá, por conta de que os

poderes econômicos da elite local envolvidos com a administração pública do Pará, trouxe uma viabilidade maior para essas áreas, resultando, em uma visão generalizada que permeia até hoje, em que muitas pessoas reconhecem a cultura e paisagens do Marajó dos campos, invisibilizando o Marajó das Florestas.

No entanto, Pacheco-Sarraf (2010) buscou rastros em algumas fontes de investigação e trouxe em seu texto evidências da presença de Africana nas regiões das florestas marajoaras, declarando que os negros foram inseridos nas regiões dos campos para trabalhar nas lavouras, cuidar dos gados etc, já que os índios eram protegidos pelos Missionários, o que reduzia consideravelmente o número de trabalhadores nativos, contudo, essa relação entre negros e índios, transformou-se em uma nova forma de resistência, haja vista que, a troca de saberes entre esses povos os possibilitaram as fugas. Refugiaram-se nos marajós entre campos e florestas onde construíram seus mocambos e quilombos.

Não há mais dúvida de que nesta parte da região também se constituísse focos de afroindigenismo e recorrentes contatos culturais. As vilas de populações de cor no interior de Melgaço, Portel, Breves, Bagre, Anajás, Afuá, as comunidades reconhecidamente quilombolas de Gurupá ou famílias negras, habitantes de espaços urbanos e rurais nestes municípios e florestas, são fortes indicativos para se rever formulações unívocas e singulares de Marajó (PACHECO, 2010, p. 43).

Schwarzc (2019) analisar os temas escravidão e racismo na perspectiva antropológica colabora para discussão histórica, evidenciando um lento e cruel processo que foram moldando as características de racismo que vemos hoje na contemporaneidade, onde pessoas negras são as maiores vítimas de violência e negligência política. A autora traz uma visão da escravidão e racismo como sendo uma consequência brutal da desigualdade social:

[...] a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (SCHWARCZ, 2019, p.22).

Schwarzc explica na introdução de seu livro que a partir do processo de independência do Brasil, o império quis dá uma nova identidade ao País, com isso, investiram na exaltação patriota, reformulando a história, exibindo uma sociedade em que viviam três raças humanas em harmonia; índios, portugueses e africanos, de forma que o passado violento e cruel fosse esquecido. A autocrítica a essa tática que propõe o esquecimento, alegando que a história real, fundamentadas em dados e pesquisas, é uma forma de “tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e sonho de futuro” (SCHAWA-ECZ, 2019, p.21). Vários autores escreveram com base nessa visão forjada da realidade, até que na década de 1950 a UNESCO financiou uma grande pesquisa no País, o que comprovou uma realidade totalmente diferente da que vinha sendo contada, trazendo à tona um sistema racista e desigual.

No entanto, de acordo com o sociólogo Jessé de Souza (2020), atualmente enfrentamos um mesmo sistema elitista manipulador das classes médias, que tem aptidão ao esquecimento, com seus falsos argumentos de anticorrupção. E além disso, defende a privatização das universidades, com intuito de manter a população das classes desfavorecidas sem conhecimento das barbáries políticas. Souza (2020) diz que a estrutura social brasileira é reflexo exclusivamente da escravidão, e acusa o país e o governo de racista.

O que é o Brasil de verdade? É o que abandonou os escravos nas cidades, sem acesso à terra, à educação. O ódio do Brasil ao negro levou essa a política atual feita para matar negros e pobres. Foi montado um bastão racista branco para manipular a classe média. Eles dizem, não vamos eleger um ladrão do PT. Então elegem um homem que apoia torturador, assassinato, miliciano. E que é ladrão. Que moralismo da classe média é esse? O pecado do Brasil é que pobre e negro não podem ter nenhum avanço. Como isso é canalhice e num país superficialmente cristão isso não pode ser admitido, é preciso negar o racismo. Então, se inventa o combate à corrupção na política pois é ele que pode tirar o pobre e o negro do seu lugar subalterno. Essa é a canalhice brasileira. O brasileiro é um canalha que se acha um ser moral (SOUZA, 2020).

Ao refletirmos sobre a formação histórica da condição de vida do brasileiro e do seu processo de dominação, notamos a submissão dos povos originários. No entanto, esse processo não aconteceu somente no passado, embora as comunidades tradicionais, a partir de muita luta, tenham garantido seus direitos prescritos em Constituição Federal, hoje sofrem gradativamente com a desigualdades sociais. Schwarcz (2019) identifica que a desigualdade social é uma problemática herdada de muitos anos atrás e fortemente produzida e reproduzida nos anos atuais, tornando-se um fenômeno enraizado em sociedade e um dos problemas mantidos na República Brasileira e que vem crescendo por meio de suas variadas faces, como: a desigualdade econômica; a desigualdade de oportunidades; a desigualdade racial; a desigualdade regional; a desigualdade de gênero; a desigualdade de geração e a desigualdade social, essas se encontram nos diferentes acessos públicos, como saúde, educação, moradia, transporte e lazer. Este fator, tende a aumentar onde oferecem poucas oportunidades de emprego, desprovidas de auxílios e investimentos nas áreas da sociedade onde não estimulam o consumo de bens culturais. Dessa forma, afeta diretamente os países periféricos e de passado colonial, onde há uma disparidade social no padrão de vida da população, por meio do sistema desigual, em que o Brasil se formou pela linguagem da escravidão, época em que a desigualdade perpetuava onde poucos dominavam renda e poder, enquanto a maioria não tinha direito à liberdade de ir e vir, de ser remunerado ou de ter acesso à educação.

### **Breves e comunidades ribeirinhas: a realidade social da Vila Intel e a luta pelos direitos**

O município de Breves, capital da Ilha do Marajó, tem relação com período colonial. Há uma estrutura colonial presente até hoje. No período colonial com base no patriarcado, os senhores de terras tinham domínio e concentravam a renda e a corrupção, e o enraizamento de práticas patrimonialistas transformava-se cada vez mais, os interesses privados acima dos públicos e conseqüentemente privavam a sociedade desses setores que os traziam benefícios. Dessa forma, transformavam mão de obra escrava, divisão latifundiária da terra, corrupção e patrimonialismo, esses foram os grandes motivos que fizeram a realidade de uma sociedade cada vez mais desigual e, mesmo com o processo de modernização e globalização do séc. XX, não se consegue romper totalmente com este círculo vicioso do passado que também permeia o mundo, não sendo diferente nos rios da Amazônia Marajoara, onde a desigualdade social é fortemente impregnada principalmente nos espaços rurais, à margem do rio. Em face essa realidade, Salera Júnior (2014) nos mostra artefatos do Marajó ao longo de sua rica história, lugar onde já se teve diferentes ciclos econômicos, onde sempre esteve em sintonia com o contexto regional da Amazônia, cada uma dessas fases na dinâmica produtiva e financeira nasceu e se desenvolveu um contexto histórico e cultural particular dessa região, a mesma já presenciou 6 (seis) ciclos econômicos e de subsistência, sendo eles: Ciclo da cana-de-açúcar e especiarias das florestas; ciclo da borracha; ciclo da madeira; ciclo da caça e pesca; ciclo do arroz; e ciclo do açaí e palmito. Entretanto, alguns desses ciclos aconteceram ao mesmo tempo, mas em

intensidades diferentes. Uma dessas atividades como o ciclo da madeira, que foi uma atividade econômica importantíssima a este fator histórico da região, gerou emprego e renda para muitas famílias, que diante deste potencial madeireiro ficou reconhecido desde o início do séc. XX, por ser uma região em grande quantidade e variabilidade em espécies de madeiras, de interesse comercial e por ser uma região com excelente navegabilidade. Consequente, em 1917, foi implantada a primeira serraria na história do município, na Vila de Antônio Lemos e, em 1945, foi instalada na cidade de Breves a empresa BISA (Breves Industrial Sociedade Anônima) uma das maiores empresas de madeireira da época, onde o município viveu o auge da produção madeireira e que mesmo com todo movimento encerrou-se suas atividades nos anos 60.

Deste modo, Santos, Oliveira e Santana (2010) destacam que a Economia da cidade era voltada, principalmente, para a exploração da madeira e de outros recursos naturais. Nas décadas de 1930 e 1940 a cidade passou por uma crise econômica, por conta do enfraquecimento dos seringais, que foi atenuado perante as instalações de grupos empresariais madeireiros na região em busca de lucros. Surgindo a partir de então as empresas como MADENORTE, ROBCO, FÊNIX, MAGEBRÁS, MAINARDI, dentre outras que, a partir do final de 2008, começaram a fechar e sofreram fortemente os efeitos da crise. Essa cadeia produtiva florestal era a base do município e sua dinâmica que de certa forma dependia de toda a economia local, esta que teve a capacidade em geração de emprego e renda de centenas de famílias, sofrendo grande impacto, quando essa cadeia começou a entrar em crise afetando essa dinâmica econômica e social, é apresentado um cenário de uma crise generalizada. Isso aconteceu porque no processo de extração houve forte recuo nos volumes e no valor da produção de madeira em tora, se tinha a redução ao ritmo de desmatamento, fato este causado pela fiscalização e pela reformulação de políticas públicas, regulando todo acesso aos recursos florestais, onde os preços das toras ficaram muito mais baixas do praticado anteriormente, reflexo da redução das exportações dos produtos nos últimos anos, causando decadência em um cenário de crise e desordem, afetando drasticamente a empresa e consequentemente os empregados.

Em função da crise financeira Internacional ocorrida e da ação da política ambiental, várias das empresas grandes fecharam, outras ficaram operando 50% a 70% e madeireiras de pequeno porte trabalharam na informalidade. Algumas dessas empresas começaram a investir em outras atividades econômicas. A política de concessão florestal do Brasil (SFB) firmou que apenas empresas capitalizadas de fora da região deviam participar, por conta do investimento inicial e das grandes terras leiloadas que fugiam do empresariado local. Contudo, a espera era que nos contratos de transição para as florestas públicas estadual, e o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Marajó (IDEFLOR) reduzisse o valor das exigências, assim evitaria que apenas os grandes empresários participassem do processo. Se isso não ocorresse, as pequenas empresas seriam excluídas e a política ao invés de incluí-las socialmente estaria aviltando o processo de concentração de renda. (Santos, Oliveira e Santana, 2010, p.03). Nesta direção, Leão (2019) diz que:

As práticas econômicas orientadas pelos modos culturais de trabalhar durante quase um século de exploração da borracha (1850- 1950) fizeram com que, mesmo que as exportações internacionais tivessem entrado em colapso em função da perda de mercado pelo Brasil para o produto asiático, as paisagens, as pessoas, os lugares, as ideias sofreram mudanças. Neste mundo do trabalho, estavam imiscuídos nativos, brancos e pobres, negros, mestiços, caboclos, afro indígenas ou de regiões ou nacionalidade distintas como nordestinos, sulistas, portugueses, ingleses, franceses, judeus, sírios libaneses (LEÃO, 2019, p.19- 20).

Os ciclos econômicos afetaram os modos de vida das comunidades ribeirinhas, como também, afetam a cultura desses povos. O valor da cultura é negado em cada ciclo econômico que foi elevado como saída para a região marajoara. O resultado foi a extrema desigualdade social. No entanto, a percepção da força e resistência desta cultura, mesmo diante de todos

os ataques e afetações, permanece até hoje. Quando se trata de economia local combinada com a agenda do desenvolvimento, quando a economia é baseada por meio do progresso de uma cadeia produtiva que se baseia em ciclos econômicos, que foram e são sustentáveis por muito tempo, principalmente, quando se trata de uma cadeia delimitada a um único produto. Esse foi um dos fatores ocorridos com o ciclo da borracha e o da madeira em Breves, que mediante o processo de extração sofreu esgotamento, ocasionando colapso econômico e social na comunidade. Mediante estes fatores, o governo não conseguiu suprir essa queda, mesmo com formulação de estratégias para amenizar a situação e não houvesse quebra de renda, a desigualdade social, de acordo com Ramos, Rodrigues e Leite (2011), resultou no número excessivo de violência e exploração sexual.

Uma das estratégias que o governo federal usou para redução dessa desigualdade, é o incentivo que dão às produções rurais por meio de auxílios como, o Programa Brasil sem Miséria (2011), que tem como objetivo aumentar a capacidade produtiva de agricultores familiares e promover a entrada de seus produtos nos mercados consumidores, conseguinte, trazendo um pouco mais próximo de nossa realidade a Feira Agrícola de Breves, que possibilita ao agricultor rural dispor a comunidade suas mercadorias e por meio de suas vendas somar na renda familiar, importante destacar que os mesmos participam desde 2015 do Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada de Agricultura Familiar, o projeto tem também como objetivo manter e resgatar a agricultura, valorizando e mantendo as famílias das comunidades rurais neste processo. No entanto, mesmo com os propósitos desses Programas direcionados à agricultura familiar, o impacto do fechamento das indústrias foi tão extremo que ainda os afetam, pois, os anos de trabalho na madeireira os privaram da vida e cultura local, como também, das oportunidades de estudos, tornando-os dependentes exclusivamente da empresa, resultando hoje, em jovens e adultos desqualificados para as exigências das outras áreas do mercado de trabalho. Assim, continuam lutando a cada dia por sobrevivência, com o que está a seu alcance, contudo, muitos desacreditam da atividade agrícola, pois estão desacostumados, por este motivo, muitas famílias migram para outros lugares em busca de melhores condições de vida, e outras, permanecem e resistem fortemente a todas essas transformações, impactos e incertezas.

Uma das maiores demonstrações desta realidade social é a exploração sexual de crianças e adolescentes. Amaral (2010) destaca que a prostituição infanto-juvenil no município de Breves há décadas vem sendo um problema social que atinge um grande número de famílias, acentuando-se nas que vivem nos bairros periféricos da cidade e nas que se encontram às margens dos rios deste município. Os rios por onde passa as grandes embarcações é o alvo para acontecer muitos casos de prostituição, os homens navegantes, se aproveitam da fome e inocência de jovens e até mesmo crianças que, por sua vez, muitas vezes são induzidas por meio de sua própria família a serem exploradas sexualmente, tornando-se alvo de aliciadores para serem prostituídas, este ato é comumente por algumas famílias, pois, se torna um a forma de contribuição para sustento dos mesmos, já que os pais estão desempregados. Esta é uma das realidades que nos cerca, vítimas sem o direito à cidadania, as autoridades tratando como um problema enraizado e tornando a cada dia essa problemática que onde grande parte da sociedade se cala perante esta situação, quanto ao cuidado, proteção e resgate dessas crianças e adolescentes violadas em seus direitos como ser humanos e cidadãos. Contudo, é notório perceber que este fator social não é uma questão simples de se solucionar, devido às políticas públicas estarem fadadas de apenas ciclos produtivos, que por vez chegou ao fim e deixou grandes rastros de pobreza, de desigualdade social, resultado das instalações de empreendimentos na região, vendo a região como um lugar produtor de mão de obra e matéria prima de baixo valor e, quando esses empreendimentos se vão deixam marcas de desigualdade como ocorreu no ciclo da borracha e da madeira, sem alternativa do Estado para intervir neste fator. No entanto, este processo é construído com um todo, trabalhando em formações culturais em um processo de evolução de civilização e da dignidade humana com direito à moradia, à educação, à saúde, possibilitando aos mesmos o direito de ser cidadão. No entanto, por meio desta retomada, nos mostra o processo e o motivo de grandes evasões neste período das Indústrias, e nessa retórica refletimos com a atualidade do Pós Indústrias desse grande rastro de

miséria e pobreza na região, que por meio do Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único mostra que no Marajó seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem sido um dos mais baixos nos últimos tempos do Brasil (0,54 %), uma população que vive abaixo da linha da pobreza, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), um grande percentual das famílias sobrevive com menos de um salário. Isso é reflexo deste alarmante nível de miséria na região do Marajó, trazendo com isso famílias desestruturadas, gerando vícios e violência doméstica acirrada.

De acordo com relatório atualizado do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2020), o benefício alcança 16.728 famílias beneficiárias. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 58,51% da população total do município, e inclui 9.003 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza.

No mês de fevereiro de 2020 foram transferidos R\$ 3.976.689,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 237,73 por família. Um exemplo através dessa demanda é o quantitativo de famílias que vive em condições alarmante de uma renda mínima, alcançando o nível de extrema pobreza na mesorregião Marajoara. O Programa aumentou o valor aquisitivo das famílias de Baixa Renda em estado Nacional, a grande incógnita perante este fato é que o Programa não oferece além do valor ofertado um planejamento pedagógico para essas famílias de incentivo a busca de melhoria, pois a realidade de muitas famílias é que a única renda vem do Programa, este, um grande fator à essa problemática de Miséria e extrema pobreza, ocasionando outros problemas sociais como aqui mencionado, à desigualdade social diretamente provido desses cidadãos de baixa renda, ocasionados pelo impacto das Indústrias. Leão (2019) ao entrevistar, um ex-morador de Breves, destaca seu ponto de vista aos impactos do negócio madeireiro na região.

O extrativismo da madeira se por um lado trouxe desenvolvimento a nossa terra, temos que ser consciente em dizer que também trouxe malefícios a nossa Breves, desenvolvimento pela implantação em nossa zona urbana de nossa saudosa Breves Industrial S.A. (BISA), Primeiras das muitas indústrias madeireiras que foram chegando a nosso município. O principal ponto negativo do extrativismo de madeira, depois claro, da devastação de nossas florestas, foi o afastamento dos nossos irmãos ribeirinhos da agricultura e da extração do látex, pois nós, seres humanos somos imediatistas. Enquanto a agricultura demorava no mínimo seis meses para propiciar algum retorno financeiro, a madeira que quase mensalmente proporcionava esse ganho ao ribeirinho (LEÃO, 2019, p.92).

O desenvolvimento desigual é historicamente marcado pela extração de riquezas e espacialização de desigualdade social que se reproduz numa estrutura socioambiental e econômica enraizada no poder local como ingerência do mercado internacional como aconteceu e acontece com a Amazônia via grandes grupos e megaempreendimentos extrativistas e de infraestrutura (BRANDÃO, 2012; CASTRO, 2012 e 2010; CARMO, 2010). Os grupos socialmente vulneráveis foram e são os mais prejudicados com esse paradigma de desenvolvimento, como é o caso da comunidade ribeirinha Vila Intel. Contudo a comunidade Vila Intel I ficou alijada das políticas públicas e das ações sociais, embora que as ações governamentais, como o incentivo a agricultura e o apoio com os Programas de transferência de renda - Bolsa Família que tem sido desenvolvidas com o intuito de incluir essa comunidade de um mundo desigual a uma perspectiva de avanço social, porém, o que se encontra é a ausência de estratégias que se tornem efetivas as políticas e diretrizes que soma para uma sociedade igualitária. Dentre essas vertentes, está presente em seu cotidiano como resultado deste processo a falta de investimento nessa comunidade, que de certa forma não é aproveitada em suas potencialidades, nos recursos naturais existentes, causando o aumento a sua vulnerabilidade social, econômica e

política dessa comunidade que vem resistindo fortemente neste cenário de equilíbrio e preservação dos seus com essa relação do meio ambiente, algo essencial de ser praticada como forma de sobrevivência.

### **Cultura e Arte Ribeirinhas: apresentando os saberes, tradições e (r) existências**

Historicamente, os povos originários do Marajó são os protagonistas de outros tempos-espacos nas Amazônias marcados por outras racionalidades àquelas ditadas pelo ciclo das águas, pelos códigos das florestas, pelos tipos de chuvas, pelas condições das terras e várzeas. Trata-se, por exemplo, do Marajó das Águas e Florestas onde a vida e natureza são uno e recebem o mesmo valor imaterial, respeito e tradição secular, constituindo-se em espaços privilegiados de história, memória e sofisticados saberes e tecnologias sociais. A participação dos membros enquanto vetor de integração e mobilização são marcadores desse tempo-espaco, percebidos na forma de organização social dos grupos e comunidades forjadas nessa região (CASTRO, 2010). Os modos de vida e o sistema de trabalho revelam que a cooperação era elemento de mobilização e de afirmação da identidade coletiva que pressupõe pertencimento social, cuja riqueza e criatividade formam a cultura.

A agricultura familiar e o extrativismo faziam parte das atividades que integram às atividades econômicas da região. Para as populações nativas, essas atividades representam a base da economia local. No caso do extrativismo, as atividades ligadas a este segmento podem ser exemplificadas como a pesca, a caça de animais terrestres, o látex, o açaí, os cipós etc, e as tecnologias vinculadas a essas atividades são as tradicionais, consideradas por serem originárias do saber local e intergeracional (CASTRO, 2010). Nestes casos, os recursos naturais faziam parte do processo coletivo e orgânico da organização do espaco que se dá no entorno do “rio-várzea-floresta” (PORTO-GONÇALVES, 2001). A condição de trabalho e de segurança alimentar, bem como de atividade de comércio podem ser referenciados pelas ações históricas do homem do Marajó com o ecossistema. Mais elementos-base para a cultura alimentar e do trabalho. Cornetta (2016) ressalta essa simbiose e suas tecnologias:

Grosso modo, esse processo histórico característico da formação territorial da Amazônia, deu origem a um campesinato de várzea, cuja reprodução de seus territórios tem se baseado no uso múltiplo dos recursos, envolvendo agricultura, pesca, extrativismo de recursos florestais, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura e do gado bovino, criados em pequena escala (CORNETTA, 2016, p. 94).

Reside aí um eixo reflexivo do projeto de extensão, quando se resgata com a perspectiva da história social, numa perspectiva da micro-análise que valoriza o sujeito social em suas múltiplas relações, dentre as quais a organização e participação social são destaque (REVEL, 1998). O resgate e a afirmação da ancestralidade de códigos, de memórias, símbolos que revelam o cuidado, a contemplação e a inteligente relação do homem com a natureza, seu habitat, sua vida, suas relações sociais, diferentemente da relação de mercado e lucro que se constrói na dinâmica atual. O que se observa é uma importante inferência dos “registros histórico-geográficos que evidenciam uma ancestralidade anterior à colonização europeia, uma cultura que se faz presente nas populações amazônicas de hoje” (CORNETTA, 2016, p.92). Para este autor trata-se de uma cultura milenar que influencia, materializa-se e reatualiza-se nas relações sociais e que se contrapõe aos novos atributos que são gerados para natureza como recurso monetário e estoque de matéria-prima (“negócios ambientais”; “serviços florestais”). As comunidades marajoaras rejeitam essa imposição do mercado e buscam continuar sendo o que são: povos das águas e das florestas, donas de saberes da terra e de outras formas de relação com o ecossistema.

A agroecologia e os saberes da terra são sínteses da alma da terra no Marajó como difusor cultural, simbólico, produtivo e ético da identidade local, como uma tecnologia sofisticada e afirmação da cultura marajoara. Por outro lado, a conexão destes processos com as tecnologias avançadas em agroecologia corresponde a necessária compreensão da assessoria técnica, considerando a diversificação da produção, para colaborar com a dinamização da produção familiar mediante técnicas de produção agroecológicas, conservação da produção orgânica, capacitação de liderança como estratégia de valorização dos saberes da terra, inclusão produtiva e segurança alimentar. Isso porque o sistema local da economia das comunidades ribeirinhas é baseado no extrativismo e na agricultura familiar, não obstante ao avanço da dinâmica capitalista na região, sendo, por sua vez, uma região formada tipicamente por índios, negros, mulatos, portugueses e libaneses. Diferentemente da educação convencional (escolar), a perspectiva de educação aqui concebida tem uma conotação sócio-política na sua base. Paulo Freire nos ajuda neste sentido quando, baseado no imperativo da dialogicidade e da curiosidade epistemológica, afirma: “toda educação é um ato político e todo ato político é um ato educativo” (FREIRE, 2000, p. 10). A educação não se limita apenas a um cenário institucionalizado, ela engloba os conhecimentos empíricos, passados de geração a geração, manifestações que enriquecem os saberes de comunidades ribeirinhas, trazendo a arte e a cultura como ferramenta de ensino. De acordo com Maia (2002), o conceito de cultura identifica-se com o de herança social, algo que as novas gerações recebem das que as antecederam. A cultura é, por conseguinte, cumulativa; se não conservada, se destrói; se não renovada, desgasta-se em um processo autofágico. Seguindo esta linha de pensamento, entende-se que a cultura é um processo histórico e se torna inevitável do ser humano, pois ele representa um sujeito que produz e reproduz. Assim, por natureza os homens são seres culturais que nela se identifica e modifica de acordo com suas necessidades. Nesse sentido, a cultura é uma espécie de conjunto complexo que inclui o conhecimento relacionado à arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes, hábitos e aptidões que, de diferentes modos, encontramos em sociedade, estes que são adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também por fazer parte da comunidade, sendo assim um membro dela.

Durante as visitas à comunidade ribeirinha, Vila Intel I, percebemos que o capital não é prioridade, os moradores buscam interagir com natureza utilizando recursos naturais de forma pensada; apenas o que é essencial para a sobrevivência. Através da caça, da pesca, agricultura, vivem em harmonia com as florestas e rios, preservando e cuidando. No entanto, como já mencionado, essas comunidades são desprovidas de políticas públicas, e se encontram a mercê de um sistema cujo qual prioriza o meio urbano, o que acarreta no surgimento de várias empresas que comercializam produtos naturais. (ALMEIDA, apud SHAAN, PACHECO, BELTRÃO, 2011). Portanto, buscamos interagir e alertar os moradores da beira do rio, pois de tão afetados com a falta de olhares dos poderes públicos, ficam a ponto de correr riscos de aniquilamento de toda uma geração de saberes empírico. Tendo em vista que, por consequência do baixo índice de saúde, educação, segurança, grande parte dos moradores estão deslocando-se para os centros urbanizados em busca de melhores condições de vida, no entanto, muitas vezes se deparam com o desemprego, o que acaba piorando suas situações, visto que, nas cidades pouco se pode manter através de recursos naturais, pois grande parte já é produto do capitalismo. Deste modo, para instigar essa comunidade e suas vertentes que a norteia, buscamos através de expressões, linguagens verbais e não verbais, realizando diversas atividades das quais se utiliza como estratégia de comunicação, formas dinâmicas e atrativas; apresentações teatrais e artísticas, que aos poucos vão formando o vocabulário corporal do sujeito, fazendo referência as suas inquietações sociais. Nesse sentido, através desse mecanismo artístico apresentamos formas de valorizar sua cultura, reivindicar e buscar seus direitos como cidadãos. Por conseguinte, apresentamos a eles, o livro da Constituição Federal através de uma encenação onde metaforicamente quebravam as correntes que nos predem ao conformismo, comodismo e a falta de conhecimento sobre os direitos cidadã, libertando-nos para buscar dignidade, melhorias para si e para todos.

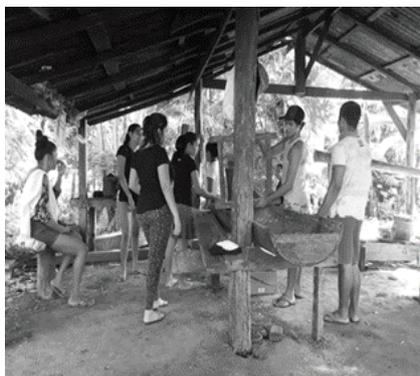
**Figura 2.** Teatro de apresentação do livro da Constituição Federal



**Fonte:** Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (Maio/2019).

Nesse patamar artístico de encenação, foi trabalhado também o processo de associação dos moradores, com objetivo de mostrar que a união e a organização daquela comunidade em busca de seus direitos, trará melhores resultados; dessa maneira, também afirmando a sua sociabilidade de forma coletiva em comunidade. Como também, são apresentadas propostas de manifestações, através de atos que valorizam a identidade ribeirinha, nesse cenário cheio de costumes nativos, rico em culturas e elementos naturais. Foram expostas representações envolvendo essa relação do homem com a natureza, sobretudo o trabalho na mata e nos rios, que demonstram um impressionante saber amazônico, que embora não institucionalizado, não pode ser visto como menos importante, pois representa a cultura e a história das comunidades em geral.

**Figura 3.** Cena do vídeo sobre Associação de Moradores, protagonizado pelos integrantes do projeto.



**Fonte:** Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (jun./2019).

**Figura 3 e figura 4.** Teatro de representação da vida cotidiana Ribeirinha.



**Fonte:** Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas (Abril/2019).

É importante frisar que nas comunidades ribeirinhas há um contexto sociocultural que envolve uma relação com imaginário, trata-se de uma simbologia da qual se nota uma complexa relação de sentidos. Para o lógico e filósofo Gottlob Frege (2008), o sentido é o modo como cada grupo ver um referente, ou seja, há uma relação de sentido com o objeto denominado pela língua que depende do contexto em que ele se encontra. Em outras palavras, o sentido carrega características que dependem do âmbito que está inserido. Partindo dessa linha de pensamento, tratemos o imaginário ribeirinho como sendo o sentido que essas comunidades dão a certos referentes. Em função disso, buscamos também, através da dança, teatro manifestações, valorizar essa simbologia fortemente presente no contexto sociocultural dos moradores da beira do rio.

**Figura 5.** Representação do Boto, transformado em homem vestido de branco, muito comum no imaginário ribeirinho.



**Fonte:** Programa Redes de Comunidades Ribeirinhas. (Abril/2019).

### Considerações Finais

O artigo destacou que as bases dos modos de vida e sistemas da economia local são os ecossistemas de águas e florestas em que o princípio da valorização de saberes da terra e as experiências das comunidades tornam-se centrais para vida. Nesse bojo, têm-se a formulação das bases da cultura e arte ribeirinhas. Cultura e artes estão inscritas na natureza e refazem-se, potencializando a força dos territórios e as territorialidades ribeirinhas. As alunas da Faculdade de Letras do Campus Marajó-Breves (UFPA) fizeram dos rios o seu maior texto e contexto para, inclusive, construir mediações riquíssimas na relação de aprendizagem, sistematização em códigos, símbolos e tecnologias próprias, desenvolvidas por pescadores, pequenos agricultores, “tiradores” de açaí, “fazedores” de farinha que revivem e revisitam a sabedoria da ancestra-

lidade ribeirinha, quilombola e indígena, as quais são referências em segurança alimentar e preservação ambiental. Toda essa triangulação é cultura e arte, que também é organização social e produtiva voltada para o mutirão, partilha, troca, trabalho comunitário e solidariedade dos quintais, campos e florestas.

O desafio, no século XXI, em que há o avanço do sistema de capitalista, é manter essa riqueza de cultura e forma de viver e produzir e dela garantir a vida de grupos sociais na Amazônia Marajoara que querem continuar sendo o que são: povos da floresta e das águas, mas com direito à vida e à preservação da natureza. Foi a história, a memória, a ancestralidade desses territórios e redes que constituiu essa diversidade de culturas, como o caso da comunidade ribeirinha Vila Intel I. Partindo dessa reflexão histórico-crítica das contradições entre os projetos que lutam para manter a floresta em pé e aqueles projetos econômicos ligados à integração ao mercado de produção e financeiro que insistem em derrubar e destruir florestas, o tema da cultura e arte ribeirinhas são eixos importantes dessa resistência marajoara por se tratar da tradição, memória, ancestralidade que se ritualiza e colabora para entender as razões político-sociais da importância da manutenção inteligente dos ecossistemas da água e da floresta. Por isso, o resgate e a afirmação da cultura são fundamentais para uma educação ribeirinha do território das águas e florestas. Os atos de uso e apropriação dos recursos são formas de territorialização do espaço que também pressupõe a necessidade de conhecimento, auto-conhecimento e auto-consciência, afirmando a identidade cultural em interações humanas no território. Por isso, entende-se que os atos de territorialidade são modos de vida, lutas políticas contra o capital, formas de apreensão do cotidiano, produção de cultura e arte, experiências diversas, situações de aprendizagens em que a materialidade e imaterialidade traduzem-se nas relações econômicas, nas formas de trabalho e na reprodução social. Importante considerar que a indução de processos de formação em contextos de desestruturação socioespacial é urgente diante da desigualdade social em curso na região.

## Referências

AMARAL, Sônia. **Corpos Polifônicos: Exploração Sexual em Breves – Marajó. Belém/PA: Revista Movendo Ideias**, v. 15, nº 1, p. 1, janeiro a junho de 2010.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Informações Sociais da Bolsa Família e do Cadastro Único**. 2020.

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Programa Brasil sem Fome**. Brasília, DF, 2020. 1 p.

CALDAS, Raquel Coelho. **Verão E Inverno Amazônico: Conceito Científico De Clima E A Concepção Popular De Clima Nas Localidades Ribeirinhas Do Município De Cametá – Pará**. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luiz - MA, 2016.

CASTRO, Edna (org.). **Cidade na Floresta**. São Paul: Annablume, 2008.

CASTRO, Edna. **Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea**. In: BOLLE, Willi; *Amazônia: região universal e teatro do mundo*, 2010.

CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CRISPIM, D.L.; RODRIGUES, R. S. S.; VIEIRA, A. S. A.; OLIVEIRA, R. N. P.; SILVEIRA, L. L. F. **Espacialização da cobertura do serviço de saneamento básico e do índice de desenvolvimento**

**humano dos municípios do Marajó, Pará. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, p. 112-122. 2016.

CORNETTA, Andrei. Direitos territoriais nas várzeas de Breves, Marajó: novos usos da floresta e distintas percepções sobre o ambiente. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, 2016.

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. **As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática**. Educ. rev., Ago 2007, vol.25, no.2, p.175-197. ISSN 0102-4698.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: **história, direito e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DUARTE-PLON, Leneide. Carta de Paris: Jessé Souza: A Lava Jato desqualificou a Justiça. In: Carta maior, Brasil, 2019. Disponível em: <<<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cartas-do-Mundo/Jesse-Souza-A-Lava-Jato-desqualificou-a-Justica/45/44570>>> Acesso em: 30 de Março 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREGUE, Gottlob. O sentido. In: CANÇADO, Márcia. **Manual De Semântica Noções básicas e exercícios**. editora: UFMG – 2ª Edição revisada. Belo Horizonte. 2008.

GOMES, P. W. P.; REIS, J. D. E.; SILVA, D. S. C.; COSTA, A. P. A.; MALATO, B. V.; MURIBECA, A. J. B.; GOMES, P.W.P. **A aplicação da técnica multivariada (PCA e HCA) em dados microbiológicos e físico-químicos de méis comercializados em Cachoeira do Arari e Salvaterra – PA**, Scientia Plena, Belém/Pa, 2014, p.03. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br> > acesso em: 24 de julho de 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

LEÃO, Dione. **O porto em Narrativas: Experiências de trabalhadores, moradores e frequentadores da área portuária de Breves- PA (1940-1980)**. Belém/PA: GAPTA, p.19-20-91, 2019.

LIMA, Deborah de Magalhães. **Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da sustentabilidade nas Varzeas dos Rios Amazonas e Solimões**. In: Boletim Rede

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir**. Estudos avançados, n. 16, v. 45, 2002.

MAIA, Nelly Aleotti. **Educação E Cultura sinônimos, ou sistemas em interação? Da cultura**. Ano II / no 3/ JAN- JUN 2002. Disponível em: [http://www.funceb.org.br/imagens/revista/10\\_7r5u.pdf](http://www.funceb.org.br/imagens/revista/10_7r5u.pdf)

MONTESANTI, Júlia de Almeida Costa. **Amazônia Legal**. InfoEscola, 27 de out. 2018. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/ecologia/amazonia-legal/>>. Acesso em: 30 de Março 2020.

MOREIRA, Helena Margarido. **A importância da Amazônia na definição da posição brasileira no regime internacional de mudanças climáticas**. São Paulo: UNESOP, UNICAMP, PUC-SP, 2009.

PACHECO, Agenor Sarraf. **A Conquista do Ocidente Marajoara: Índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas**. In: SCHAAN, Denise; MARTINS, Cristine (Orgs). *Muito Além dos Campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoara*. GKNORONHA. Belém, 2010.

PACHECO, Agenor Sarraf. **As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contatos.** In: SCHAAN, Denise; MARTINS, Cristine (Orgs). *Muito Além dos Campos: Arqueologia e História na Amazônia Marajoara.* GKNORONHA. Belém, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS, Elenise Pinheiro; RODRIGUES, Aldair de Oliveira; LEITE, Dione dos Santos. **Notas sobre o Processo de utilização dos recursos naturais no Marajó- Breves e suas consequências: Um futuro à (re) construir.** São Luiz/ Maranhão: V Jornada de Políticas Públicas, 2011.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SALERA JÚNIOR, Giovanni. **Breves: história e cultura do Marajó.** Breves/PA, 1ª ed., 2014.

SANTANA, Antônio Cordeiro (Coord.); SANTOS, Marcos Antônio dos; OLIVEIRA, Cyntia Meireles de. **Preço da Madeira em pé, valor econômico e mercado de madeira nos contratos de transição do Estado do Pará.** Belém/PA, 2010.

SCHAAN, Denise; PACHECO, Agenor; BELTRÃO, Jane. **Remando por campos e florestas: Memórias e Paisagens dos Marajós.** In: Rio Branco: GKNORONHA, 2011.

SCHAAN, Denise Pahl e MARTINS, Cristiane Pires. **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara.** Belém: GKNORONHA, 1ª ed., 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre O Autoritarismo Brasileiro.** São Paulo: Companhia Das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Recebido em 02 de abril de 2020.

Aceito em 15 de junho de 2020.